

## **Resposta da Reitoria à pauta de reivindicações apresentada pelo Comando de Greve**

Em análise minuciosa dos 35 itens (e seus sub-itens) organizados no documento divulgado como pauta local, podemos identificar pelo menos 60 itens que, embora agrupados em assuntos correlatos, demandam ações distintas para cada encaminhamento ou estão sob normas ou responsabilidade de áreas distintas na universidade ou em outros níveis do governo. Assim, os 60 itens da pauta demandam uma análise apurada dos encaminhamentos possíveis e dos desdobramentos prováveis em cada um dos casos.

A Reitoria decidiu não responder por escrito a todos estes itens até este momento, por duas razões. Primeiro, por entender que a mesa de negociações, que vem atuando de forma ininterrupta desde antes da greve, é o espaço privilegiado para a definição da ordem de prioridades para o encaminhamento das demandas. A partir da solicitação dos representantes do Comando de Greve nessa mesa foram identificados 7 itens prioritários que já foram respondidos por escrito e cujos encaminhamentos já são de conhecimento da comunidade acadêmica. Segundo, porque a Reitoria tem como princípio ético não responder sobre assuntos que não está sob sua governabilidade e têm viabilidade incerta, apenas para fazer promessas que poderão não se concretizar.

No entanto, em conversa pública na Reitoria em 12/08/2015, membros da comunidade TA, com anuência dos líderes sindicais presentes, solicitaram à Reitoria uma resposta em termos diferentes dos solicitados originalmente, identificando os itens já atendidos, os itens que poderão ser negociados e os itens que estão fora da governabilidade. Nesses termos, entendemos ser possível comunicarmos sobre todos os assuntos da pauta, classificados em função da governabilidade ou do grau de informações que temos sobre cada um deles. Segue essa resposta.

### **I. Itens já respondidos na mesa de negociação ou em comunicações da Reitoria para a comunidade**

*Nessa seção incluímos respostas resumidas a cada item. Maiores detalhes podem ser encontrados nas respostas detalhadas apresentadas pelos negociadores da Reitoria na mesa de negociação e nos comunicados enviados pela Reitoria a toda a comunidade.*

1. Contratação de plano de saúde coletiva, que permita mensalidades mais baixas que as usuais de mercado e com qualidade, sob responsabilidade, coordenação e supervisão da SUGEPE, em substituição ao modelo que hoje é praticado.

*Resposta resumida: A Reitoria está a favor do oferecimento de um plano de saúde coletiva aos servidores e já solicitou à SuGePe providências para contratação de uma empresa especializada nesse serviço. Neste momento, o projeto encontra-se na fase de preparação do termo de referência.*

2. Que a Reitoria acate a jurisprudência existente sobre o auxílio-transporte e imediatamente pague o auxílio-transporte a todos os TAs que tenham direito, ainda que venham ao trabalho de veículo próprio.

*Resposta resumida: A Reitoria está a favor do pagamento mais amplo possível do auxílio-transporte aos servidores e já solicitou pareceres à Procuradoria Jurídica e à SuGePe para definir a abrangência desse pagamento.*

3. Armazenamento adequado dos estoques de reagentes químicos e de resíduos existentes para que não ofereçam riscos para toda a comunidade interna e externa.

*Resposta resumida: A UFABC gastou, em 2015, mais que R\$ 400.000,00 com armários especiais para o armazenamento de reagentes, que serão instalados nos laboratórios entre 2015 e 2016. Está em preparação ainda a construção de abrigos externos, em áreas adequadas dos campi, para os resíduos gerados nos laboratórios. Atualmente, a Reitoria está reorganizando o funcionamento das comissões e divisões da UFABC cujas responsabilidades incluem a segurança laboratorial, para garantir melhor acompanhamento e execução dos trabalhos.*

4. Definição, divulgação e execução de um plano de ação para implantação da creche nos dois campi para toda a comunidade da UFABC (inclusive os terceirizados).

*Resposta resumida: A oferta de vagas em creches e escolas infantis aos servidores da UFABC é uma das metas prioritárias da própria Reitoria, que está empenhada na negociação deste assunto com o MEC e as duas Prefeituras Municipais. Diversas rodadas de negociações com as autoridades municipais, em 2014 e 2015, resultaram em sinalizações positivas, mas não em compromissos definitivos, por parte dos municípios. A recente consulta à comunidade universitária, que estava em planejamento desde antes da greve, visou obter subsídios para a Reitoria reforçar nossas demandas junto às Prefeituras Municipais.*

5. Retomada da CCQP para que as ações e decisões relativas à capacitação possam ser feitas de modo representativo.

*Resposta resumida: A Reitoria é favorável à retomada da CCQP e já elaborou portaria de nomeação da Comissão Eleitoral. As eleições poderão ser realizadas assim que a greve terminar.*

6. Criação de Mestrados profissionais da UFABC para os servidores TAs.

- Resposta resumida: Já estão em funcionamento dois Mestrados Profissionais na UFABC e outros dois estão em preparação para 2016. Todos estes cursos estarão abertos para TAs. Novos Mestrados Profissionais poderão ser criados se houver docentes disponíveis para lecionar e orientar.*
7. Que o curso de Gestão Pública tenha uma avaliação semestral pelos alunos.  
*Resposta resumida: A Reitoria está de acordo e informa que a primeira avaliação será realizada após o término da greve.*
8. Que o curso de gestão pública seja ofertado com periodicidade.  
*Resposta resumida: A Reitoria está de acordo. A decisão sobre as datas da oferta cabe à coordenação do curso e depende da disponibilidade de docentes para atuarem no curso.*
9. Disponibilização de mais vagas aos servidores em cursos de idiomas devido ao alto grau de internacionalização e aprimoramento dos critérios de seleção com divulgação plena do processo seletivo.  
*Resposta resumida: A Reitoria está de acordo e já encaminhou essa demanda à Assessoria de Relações Internacionais e à SuGePe. A SuGePe deve realizar a contratação de uma escola de idiomas para compor o plano de capacitação dos TAs.*
10. Ampla divulgação ao processo bem como ao resultado alcançado, dando continuidade ao atual trabalho do CONVIVA.  
*Resposta resumida: O projeto CONVIVA é um dos principais projetos estruturantes da própria Reitoria. Esse trabalho ficou prejudicado pela greve, mas não parou na íntegra, como demonstrado pela recente consulta pública sobre sustentabilidade, pelo avanço no paisagismo em torno dos Blocos B e K, e pela consulta pública sobre as áreas de convivência do campus SBC, realizada nesta semana (18/08). Após o término da greve as atividades do CONVIVA retornarão ao seu ritmo anterior, mais intenso.*
11. Ampliação dos espaços de convivência nos campi, com mais áreas comuns, lanchonetes e arborização.  
*Resposta resumida: Essa é outra meta prioritária da própria Reitoria. Está em preparação a construção de dois centros de convivência no campus de São Bernardo, além da oferta de áreas de lazer e convivência no entorno e no interior dos Blocos C, E e L, que estão em construção no campus de Santo André. O paisagismo será finalizado na medida em que as obras avançam, e resultará em áreas verdes e arborizadas nos dois campi.*
12. Sobre os funcionários terceirizados: a possibilidade dos funcionários terceirizados retirarem livros da biblioteca.  
*Resposta resumida: A Reitoria já viabilizou essa possibilidade, antes do início da greve, por intermediação da Coordenação do Sistema de Bibliotecas.*

13. Sobre os funcionários terceirizados: ofertar cursos destinados aos terceirizados em mais possibilidades de horários a fim de contemplar o maior número possível de terceirizados.

*Resposta resumida: A Reitoria está de acordo e informa que já ampliamos a oferta de cursos de línguas para terceirizados e criamos programa de formação para terceirizados com abertura de edital para projetos e ações voluntárias juntamente com diversas entidades estudantis e outros membros da comunidade*

14. Orientação do MPOG para Progressão na Carreira. (Item inserido posteriormente na pauta, por solicitação do SinTUFABC.)

*Resposta resumida: A Reitoria, por meio da SuGePe, defende os interesses dos TAs e seu direito à progressão, incentivando os servidores a buscar sua qualificação o quanto antes e criando condições para isso.*

15. Liberação da Coordenação do SinTUFABC: Coordenação Geral (03 diretores): 50% da carga horária para realização do trabalho de base, organização sindical, reuniões nos setores, etc.

*Resposta resumida: A Reitoria reafirma o compromisso de orientar as respectivas chefias a viabilizar o desenvolvimento de atividades sindicais dos três diretores do SinTUFABC em até 16 horas semanais.*

16. Liberação da Coordenação do SinTUFABC: Coordenação Executiva: 40% da carga horária para todos os diretores da entidade para realização de reunião da Coordenação Executiva e trabalhos de organização da categoria.

*Resposta resumida: A Reitoria reafirma o compromisso de orientar as respectivas chefias a viabilizar o desenvolvimento de atividades sindicais dos demais membros da Coordenação executiva do SinTUFABC em até 6 horas semanais.*

17. Liberação da Coordenação do SinTUFABC: Garantia de liberdade para reunião para o Conselho de Representantes Sindicais quando houver reunião.

*Resposta resumida: A Reitoria reafirma o compromisso de orientar as respectivas chefias a viabilizar a participação dos membros do Conselho de Representantes Sindicais nas reuniões trimestrais deste Conselho.*

## **II. Itens que estão fora da governabilidade da Reitoria**

*Nessa seção incluímos itens que constam da pauta de reivindicações do Comando de Greve, mas que não estão sob governabilidade da Reitoria. Incluímos para cada item a indicação do órgão responsável.*

18. Adesão da UFABC ao Mestrado Profissional em Administração em Rede Nacional (PROFIAP) oferecido pela Andifes, com 70% das vagas destinadas para os TAs.

*Órgão responsável: Coordenação do PROFIAP/Andifes. Informamos que a UFABC já solicitou essa adesão no passado, mas a solicitação foi recusada por não termos curso de Administração. A Reitoria buscará efetuar nova solicitação de adesão, se houver um corpo docente interessado.*

19. Criação de uma Comissão paritária eleita por meio de votação de todas as categorias para a tomada de decisões sobre o processo de construção e destinação dos espaços da Universidade.

*Órgão responsável: ConsUni e MEC.*

20. Carta-compromisso que garanta que não serão terceirizados novos setores/cargos na UFABC.

*Órgão responsável: Legislação vigente. A instituição não pode abdicar de um direito previsto em lei.*

21. Paridade na eleição para reitor.

*Órgão responsável: Cabe ao ConsUni regulamentar as próximas eleições e cabe ao Congresso Nacional definir as bases legais para isso.*

22. Representação paritária de docentes, estudantes e técnicos administrativos nos colegiados superiores e nos colegiados das unidades, eleita pelas respectivas categorias.

*Órgão responsável: Cabe ao ConsUni regulamentar sua própria representação e cabe ao Congresso Nacional definir as bases legais para isso.*

23. Que a estrutura dos conselhos superiores e colegiados seja integralmente composta por membros eleitos por seus pares, excetuando-se diretores de centro que já foram eleitos para os cargos que possuem nos centros.

*Órgão responsável: Cabe ao ConsUni regulamentar sua própria representação e cabe ao Congresso Nacional definir as bases legais para isso.*

24. Nas eleições para Reitoria reivindicamos que as chapas sejam compostas pelos cargos de Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitores.

*Órgão responsável: Cabe ao ConsUni regulamentar as próximas eleições*

25. Que os ocupantes dos cargos de direção (CDs) que não tenham sido eleitos, e que atendam aos três segmentos da comunidade acadêmica, apresentem, caso não o tenham feito, um plano de ação bienal, sendo que ao final do período, através de uma comissão paritária, deve haver uma avaliação do desempenho da área em questão, podendo esta comissão sugerir a permanência ou a substituição do ocupante do cargo.

*Órgão responsável: Legislação vigente. A instituição não pode abdicar de um direito previsto em lei.*

26. Que todos os ocupantes dos cargos citados no item anterior tenham a permanência nos cargos em questão de, no máximo, 4 anos.

- Órgão responsável: Legislação vigente. A instituição não pode abdicar de um direito previsto em lei.*
27. Compromisso que não haja nenhum CD externo à UFABC.  
*Órgão responsável: Legislação vigente. A instituição não pode abdicar de um direito previsto em lei. Acrescentamos que a proposta se estenderia ao cargo do Procurador Federal junto à UFABC, cuja atuação é fundamental para garantir a segurança jurídica das operações da Universidade.*
28. Compromisso de que as FGs sejam destinadas apenas para os TAs, por serem gratificações de caráter técnico.  
*Órgão responsável: Legislação vigente. A instituição não pode abdicar de um direito previsto em lei. Acrescentamos que a Reitoria se opõe a um modelo que prevê atribuição de FGs apenas a TAs e de CDs apenas a docentes, e prefere um modelo baseado em competências.*
29. Cumprimento integral e imediato do relatório do GT 30 horas.  
*Órgão responsável: Legislação vigente. A lei faculta a implementação do regime de 30h em situações e sob condições específicas, nas quais a UFABC o poderá adotar, mas impossibilita a expansão a toda a comunidade de servidores. Acrescentamos que o relatório em questão está desatualizado e não se aplica à situação atual da UFABC.*
30. Área do SinTUFABC na coluna “Notas” no site do SinTUFABC com as novidades para a categoria  
*Órgão responsável: Pela redação da demanda, caberá ao próprio SinTUFABC atender à solicitação. Supomos que a redação correta seria “no site da UFABC”, sendo que nesse caso este item passará a integrar a categoria seguinte de respostas (itens sobre os quais a Reitoria está disposta a dialogar).*

### **III. Itens que podem ser negociados**

*Nessa seção incluímos assuntos que ainda não foram abordados detalhadamente na mesa de negociações, mas sobre os quais a Reitoria tem governabilidade. A Reitoria está à disposição para dialogar sobre todos estes assuntos com o SinTUFABC e com a categoria de servidores técnico-administrativos. Reiteramos nosso compromisso de que essas conversas continuarão depois do fim da greve na Mesa Permanente de Negociação, que está em funcionamento regular desde o início dessa gestão.*

31. Definição oficial do horário de funcionamento da Universidade Federal do ABC, garantindo atendimento isonômico aos alunos do período diurno e noturno.
32. 30 horas - isonomia de tratamento a todos os setores que fazem atividade igual ou semelhante.
33. Criação imediata de uma política para os trabalhadores da Universidade que já são pais, visando orientação às chefias imediatas, que assegurem as devidas

- condições para que esta mãe ou este pai tenha sua jornada de trabalho em consonância ao horário das creches.
34. Que a comissão instituída para a implantação da creche possua representantes de todos os grupos beneficiados e que seja paritária
  35. Criação de espaços adequados dentro da Universidade para amamentação e fraldários.
  36. Definição de um plano de ações voltado para a saúde e a qualidade de vida da comunidade acadêmica (exames periódicos, campanhas...) a ser desenvolvido pelo setor de “Divisão de saúde e qualidade de vida” da Superintendência de Gestão de Pessoas (SUGEPE).
  37. Cumprimento das orientações para a “Promoção do Trabalho Decente” (conforme determina a Organização Internacional do Trabalho).
  38. Ampliação dos programas de qualidade de vida (propostos pela ProAP), com atividades nos dois campi.
  39. Divulgação a toda comunidade do resultado do mapeamento de competências, de processos e de fluxo realizado pela antiga Coordenação Geral de Recursos Humanos, para posterior definição e publicização do organograma institucional.
  40. Distribuição de EPIs adequados a todos os servidores que necessitem (hoje há apenas uma parcela contemplada), com a pactuação, através de carta-compromisso, que TAs, docentes e terceirizados não trabalharão sem a utilização de equipamentos de proteção individual.
  41. Publicação dos mapas de risco e encaminhamento do pagamento do adicional de insalubridade aos servidores que façam jus ao adicional.
  42. Carta-compromisso de que sempre que houver alterações nos locais de trabalho, os laudos serão refeitos.
  43. Que a Universidade apresente à CISSP e ao Sindicato a lista de EPIs adquiridos e distribuídos, em prazo a ser acordado.
  44. Adequação dos locais de trabalho às normas de salubridade e ergonomia;
  45. Criação de política clara, e amplamente divulgada, para participação de TAs, com e sem cargos de chefia, em eventos externos, com apresentação de proposta orçamentária para este fim.
  46. Que o curso de Gestão Pública tenha uma secretaria que acompanhe e dê suporte aos alunos.
  47. Elaboração de um novo modelo contratual do RU, que possibilite preço diferenciado no Restaurante Universitário para os técnico-administrativos, estagiários, terceirizados, alunos dos programas de extensão e da iniciação científica.
  48. Discussão com a comunidade acadêmica sobre política de acesso à UFABC: catracas, muros, transparência nos dados relativos a furtos e/ou roubos nos dois campus.

49. Compromisso com a liberdade sindical, ao direito de reunião e de manifestação como sinal de liberdade, autonomia e emancipação. Não à criminalização da organização dos trabalhadores. Não ao uso arbitrário da sindicância e do processo administrativo.
50. Sobre os funcionários terceirizados: Revisão das relações de trabalho para ampliação da política de acesso e uso da universidade por parte dos funcionários terceirizados, garantindo livre acesso e permanência a todos os espaços públicos da universidade.
51. Sobre os funcionários terceirizados: revisão do contrato de trabalho, visando melhorias nas relações trabalhistas.
52. Criar política de: atribuição de FGs e CDs por critério de competência, de forma democrática e com base em mapeamento de funções e competências.
53. Criar política de: Distribuição interna com transparência na divulgação das vagas existentes e nos critérios de seleção de FGs e CDs.
54. Que as pró-reitorias, coordenações, sistemas e núcleos que compõem a unidade administrativa da UFABC tenham estatutos e/ou regimentos elaborados e aprovados em processos democráticos definidos no âmbito de cada setor; e que ao final seja dada ampla divulgação (no site da UFABC).
55. Sobre as fundações privadas na UFABC: Que nenhuma proposta de criação de Fundação de Apoio a UFABC seja levada ao ConsUni sem que antes seja realizado consulta pública sobre a questão.
56. Sobre as fundações privadas na UFABC: Convênios com empresas privadas devem ser amplamente discutidos pela comunidade acadêmica. Evitar a privatização do resultado das pesquisas.
57. Garantia de liberação de servidor TA que tenha sido eleito ou designado para participar de reuniões de conselhos, ou seja, que a chefia imediata não possa impedir sua participação.
58. Que seja alterada a composição do CETIC, de modo que haja a inclusão de uma vaga destinada exclusivamente para um TA que atua no NTI.
59. Painel exclusivo do SinTUFABC em todos os blocos da UFABC para divulgação de materiais, editais, etc.
60. Manutenção de acordos entre a reitoria e o SinTUFABC de gestões anteriores a quaisquer dos dois atores.